



prefeitura de  
**PORTO ALEGRE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA**

**COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC  
DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Decisão nº **52** / 2021 CMRI

Porto Alegre, 26 de outubro de 2021.

**Recurso nº** 004172-21-67

**Recorrente:** I.B.P.T.

**Órgão Requerido:** Secretaria Municipal da Fazenda - **SMF**

**Relator:** Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria - **SMTC**

## **1. Relatório**

### **1.1 Resumo do pedido original**

Trata o presente, em síntese, de solicitação do requerente de planilha em formato .xls ou .csv, contendo a quantidade de autos de infração e os valores correspondentes aos autos de infração lavrados por esse órgão fazendário em desfavor dos contribuintes, entre os anos de 2019 e 2020 (separado por ano), relacionados ao ISS (seja por descumprimento da obrigação principal ou acessória). Complementa o seu pedido solicitando, se possível, que a informação seja disponibilizada por tipo de infração, ou seja, por descumprimento da obrigação principal e por descumprimento da obrigação acessória, além dos totais se possível informar por segmento econômico ou código de serviço ([Lei complementar 116/03](#)).

### **1.2 Razões do órgão/entidade requerida**

Como resposta, em um primeiro momento, o órgão encaminhou informações sobre os Autos de Infração e Lançamento/ Autos de Infração e Notificação Fiscal que foram lavrados, conforme segue:

*"Relativo ao seu pedido de informação ao Município de Porto Alegre, informamos que foram lavrados AIL/AINF (Autos de Infração e Lançamento/Autos de Infração e Notificação Fiscal) num valor total de R\$ 19.376.140,10 e R\$ 38.157.165,30, nos anos de 2019 e 2020, respectivamente, sendo estes valores correspondentes ao ISSQN devido (obrigação principal) acrescido de multa e oneração (calculada até a data da notificação). Também foram lavrados AIL/AINF num total de R\$ 1.449.214,58 e R\$ 768.939,04, nos anos de 2019 e 2020, respectivamente, em decorrência de infrações às obrigações acessórias."*

Inicialmente a Secretaria Municipal da Fazenda - SMF, negou o acesso a informações referentes a Indicadores de Inconformidades e Quantidade de Autos de Infração, alega, para isso:

*"Importante ressaltar que a divulgação de informações referentes à seleção, planejamento ou execução da atividade fiscalizatória, inclusive em relação a Indicadores de Inconformidade e/ou quantidade de autos de infração e lançamento lavrados por segmento econômico, além de qualquer outros dados que permitam a identificação de omissão ou ocultação de valores financeiros, do ponto de vista estratégico da atuação fazendária, demonstra-se prejudicial à própria atividade fiscalizatória do Município, visto que pode evidenciar o Risco Fiscal dos contribuintes de acordo com as suas respectivas atividades de prestação de serviço. Levando isso em consideração, a Lei 12.527/2011, em seu artigo 23, já prevê que informações que comprometem atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações, são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado."*

No pedido de reexame, o requerente aponta que a justificativa para negativa de acesso apresentada pela Secretaria

Municipal da Fazenda é inadequada, pois não há óbice para o atendimento ao solicitado.

O requerente apresentou suas razões, bem como, indicou outros municípios e estados que deram provimento imediato a pedido idêntico ao que fora realizado à SMF. Citou como exemplos a da Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo (protocolo nº 58171), Prefeitura Municipal de Rio Branco (protocolo nº 00962.2021.000141-32) Secretaria da Fazenda da Paraíba (protocolo nº 00099.001168/2021-3), Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (protocolo nº 30080), entre outros.

Finaliza informando que os dados solicitados não são protegidos por sigilo fiscal, haja vista que foram solicitados dados gerais (quantidade de autos de infração e os valores correspondentes aos autos de infração lavrados por esse órgão fazendário em desfavor dos contribuintes) por CNAE em questão e não sobre o contribuinte de forma individualizada. Complementa que é de suma importância que o cidadão tenha conhecimento das informações ora requeridas, visto sua relevância no cenário político-econômico atual.

### 1.3 Razões do recorrente

No recurso a esta CMRI, o requerente alega que, embora a resposta tenha sido favorável, destaca que ela não foi encaminhada de forma completa, pois não há na planilha a segregação desses dados por código de serviço da LC 116/03.

## 2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto dentro do prazo legal e o requerente é parte legítima para recorrer e solicitar o reexame da matéria.

## 3. Análise do mérito

Após recebimento por esta CMRI do pedido de recurso em tela, foi solicitada à Gestão Central da Lei de Acesso à Informação a disponibilização do arquivo encaminhado em anexo ao requerente pela SMF para análise quanto ao questionamento realizado. Atendida a solicitação desta CMRI, o arquivo encaminhado foi juntado ao expediente em anexo nº 15793079.

Ao analisar o recurso verificou-se, de fato, que a primeira resposta da SMF não atendeu à demanda solicitada, correção feita após o pedido de reexame. Porém, o arquivo foi encaminhado em formato de imagem (.png) e não em formato aberto conforme solicitado. Entretanto, o requerente também alega que o arquivo disponibilizado não contempla o solicitado, o que não foi verificado por esta relatoria, visto que o arquivo encaminhado pela Secretaria Municipal da Fazenda, apresenta as informações classificadas conforme a codificação da Lista de Serviços presente na [Lei complementar 116/03](#).

Dessa forma, esta relatoria decide prover parcialmente o recurso, entende que a demanda solicitada não foi atendida no que se refere ao **formato do arquivo**. Assim, entendemos que o órgão deva disponibilizar estas informações de forma ativa, junto ao site institucional, bem como prestar o reenvio da informação, obrigatoriamente com o uso de formato aberto, com a extensão .csv, com base no [Decreto Municipal nº 20.315/2019](#), Art. 4º, inciso III.

## 4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por **prover parcialmente** o recurso.

## 5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificação do recorrente e do órgão requerido, da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTc**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Diretoria de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria-Geral do Município - **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**

Recurso CMRI nº 004172-21-67



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 14:13, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 14:13, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 14:13, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 14:13, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 14:13, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Vicari Tarasconi, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 14:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **15966602** e o código CRC **33F2BB59**.

---

21.0.000090268-0

15966602v29